

## **O interesse pessoal no mundo moderno: variações sobre um tema de Adam Smith**

Arnold C. Harberger \*

1. Interesse pessoal e política governamental na ciência econômica moderna; 2. Grupos de interesse e política governamental; 3. O interesse pessoal do legislador; 4. O comportamento das massas e o processo político; 5. O interesse pessoal do burocrata; 6. Limitando os poderes do Estado no mundo moderno.

Neste artigo tento me colocar hipoteticamente no lugar de Adam Smith, que, ao acordar de um sono de dois séculos, observa as condições da economia e do mundo de hoje. No item 1, faço especulações sobre a sua provável reação quanto ao estado da ciência econômica, principalmente onde ela dá lições à política econômica, a partir do princípio básico de que os indivíduos agem de modo a satisfazerem seus interesses pessoais. Nos quatro itens seguintes, focalizo as maneiras como a orientação de políticas governamentais é afetada pelos interesses particulares dos diferentes grupos — grupos de interesses econômicos (item 2), legislativos (item 3), as “massas” como uma força política (item 4) e a burocracia (item 5). Finalmente, no item 6, torno a fazer especulações quanto ao que Adam Smith teria a dizer sobre o problema de limitar os poderes do Estado e que tipo de solução ele sugeria.

\* Professor de economia da Universidade de Chicago.

## 1. Interesse pessoal e política governamental na ciência econômica moderna

Como um praticante e expoente da moderna "teoria aplicada do bem-estar social" parece-me especialmente perturbador ficar pensando no que um Adam Smith ressuscitado diria sobre o estado da nossa arte. Como alguns leitores já podem perceber, sempre me senti atraído, para não dizer fascinado, pela elegância, pela pureza e pela simplicidade da aplicação do que chamo de a "tradicional teoria do bem-estar econômico". Parte deste sentimento se reflete no meu artigo "Three basic postulates of applied welfare economics",<sup>1</sup> onde afirmo que a tradição magna desta matéria, representada pelos trabalhos de Dupuis, Cournot, Edgeworth, Marshall, Slutsky, Hotelling, Lange, Lerner, Meade, H. Johnson e uma quantidade de outros teóricos renomados do último século e meio, pode ser adequadamente expressa, baseando-se em apenas três postulados: 1. que o preço de demanda de cada unidade marginal de um bem representa a vontade-de-pagar de quem procura, e portanto o valor marginal do benefício derivado desta unidade; 2. que o preço de oferta de cada unidade marginal representa a vontade do vendedor de abrir mão daquela unidade e, conseqüentemente, o valor marginal de seu custo de oportunidade (para ele); e 3. o uso, como uma *convenção* na mensuração de custos e benefícios em termos de eficiência econômica, do postulado de que benefícios e custos de diferentes membros da sociedade em questão podem ser somados (algebricamente) no grupo respectivo.

Os postulados 1 e 2, em certo sentido, englobam a noção de interesse individual. Como são empregados atualmente em análises empíricas de bem-estar social, refletem a proposição objetiva de que as pessoas agem de modo a promover (ou maximizar) seus interesses econômicos pessoais. Ao mesmo tempo, os três postulados enfocados juntos fornecem uma base suficiente para provar os teoremas-padrões que demonstram que a confiança no mercado livre e competitivo, como um princípio de organização para a atividade econômica (se o mecanismo competitivo não estiver distorcido e for verdadeiramente geral), promoverá uma distribuição ótima de recursos.

Nestes aspectos, a moderna teoria aplicada do bem-estar econômico parece caber muito confortavelmente na estrutura de Smith. Ficaríamos até mesmo tentados a tirar a conclusão de que o mestre ressuscitado aplaudiria genuinamente a tradição magna deste campo, na sua íntegra. Entretanto, minha opinião, depois de refletir mais, é que Smith não

<sup>1</sup> *Journal of Economic Literature*, v. 9, n. 3, Sep. 1971. p. 785-97.

ficaria realmente satisfeito com a teoria aplicada do bem-estar social, conforme ela se desenvolveu através dos anos. Provavelmente ficaria embaraçado e aborrecido com ela exatamente porque seus caminhos estiveram próximos demais do seu pensamento. Não creio que aprovaria. Na melhor das hipóteses, reconhecê-la-ia como uma filha bastarda.

É verdade que eu *gosto* do tipo de estrutura analítica que se baseia nestes postulados mas perturbo-me ao pensar na provável reação de Smith a ela. Porque, fundamentalmente, ela é bastante anti-smithiana. É uma linha de análise que pertence ao tecnocrata — não ao filósofo. Suas implicações políticas naturais (deixando de fora as de natureza prática) imporiam uma intervenção ampla e detalhada na economia, para corrigir uma distorção aqui e uma externalidade ali, e para subotimizar (no sentido de minimizar o custo da eficiência, sujeito a várias restrições) em relação a uma quantidade de decisões concernentes à taxa e outras políticas. O tipo de *engenharia social* que decorre da análise de custo-benefício social deixa espaço demais para remendar-se a economia que Smith iria querer. Sua reação, estou certo, enfatizaria as falhas humanas dos remendões, da mesma forma que as dificuldades reais de se chegar a uma acurada percepção técnica da situação a ser combatida (a qualquer momento) pelas medidas de economia política.

Smith preocupar-se-ia menos em ter a máquina econômica finalmente calibrada, e muito mais com as consequências de haver mecanismos demais fazendo ajustes demais, com muita frequência. E preocupar-se-ia não só com as falhas técnicas e naturais da mecânica, mas também com as muitas pressões que operariam para desviar sistematicamente esses ajustes das soluções tecnocratas e em direção a outras inferiores, que refletiriam a interação de interesses e forças de grupo. Em suma, ele não veria o controlador da economia como um engenheiro social benevolente, usando instrumentos políticos para atingir um ideal técnico bem definido. Pelo contrário, creio, veria que em larga medida os próprios controladores são instrumentos, jogados de cá para lá num mar de forças muito mais potentes que eles e, sobretudo, subjugados ao seu controle individual ou coletivo. Para ele, o grande objetivo da política econômica e social deveria ser no sentido de acalmar esse mar turbulento, de modo a dar um espaço razoável para as forças naturais do interesse individual trabalharem positivamente para o progresso econômico. Duvido até mesmo que ele prestasse atenção aos tipos de distorções marginais e externalidades, que têm sido o estoque perene de ferramentas analíticas dos economistas da teoria aplicada do bem-estar.

## 2. Grupos de interesse e política governamental

Vendo agora a maquinaria que influencia as políticas governamentais, o aspecto que recebeu o maior reconhecimento e a maior atenção dos economistas foi o papel dos grupos de interesses econômicos. Aqui Smith estaria perfeitamente em casa, na moderna profissão. Realmente, em tudo o que se diz sobre interferências arbitrárias e regulamentações da economia privada pelo governo, *A riqueza das nações* pode ser vista como um tratado, em que o autor fica do lado do interesse geral do povo, contra os interesses especiais dos grupos particulares.

Por trás da maior parte das interferências que distorcem o funcionamento da economia, a política é bem simples: estas interferências trazem ganhos concentrados para um pequeno subgrupo de pessoas, ao mesmo tempo que provocam custos que são amplamente difundidos pela sociedade inteira. A dificuldade é que o custo de qualquer medida particular tende a ser tão amplamente disperso que não é percebido claramente pelos que o pagam. Talvez mais importante, mesmo quando os custos incorridos são percebidos claramente por qualquer indivíduo, seja o fato de que aqueles custos gerados por qualquer distorção são muito pequenos, para ele, para valerem o tempo e o esforço que se deve dedicar, na arena política, na luta contra esta distorção.

O caso é que os indivíduos que incorrem nos custos das más políticas econômicas não se levantaram, com a indignação ou com a força política adequada, para realizar a sua revogação. Falando em termos mais amplos, as más políticas não foram revogadas, e portanto ninguém é merecedor de elogios por denunciá-las. Mas os economistas, como um grupo, principalmente aqueles que dão aulas de economia política, certamente contribuíram com bastante indignação para a luta. Temos pregado com muita lógica, e muitas vezes com eloquência considerável, contra os males econômicos das tarifas de proteção e das políticas agrícolas que impõem preços diferentes (mais altos no caso de preços mínimos e mais baixos no caso de controle de preços) do equilíbrio de mercado. Afligimo-nos com as práticas trabalhistas dos sindicatos, que algumas vezes ditam normas de *featherbedding*<sup>2</sup> para contratos de trabalho e algumas vezes usam de pressão política para vê-las escritas nos regulamentos de construção civil e outros. Censuramos a maneira como interesses particulares de grupos algumas

<sup>2</sup> *Featherbedding* é a exigência que se faz ao empresário, em geral sob as normas de uma associação ou seus estatutos, para que ele pague mais empregados que os necessários ou limite a sua produção.

vezes têm sucesso em conseguir privilégios especiais, tais como crédito artificialmente barato, ou acesso preferencial a ele sob um preço controlado, ou canais especiais para obter e/ou termos preferenciais de pagamento para entradas de insumos importados (e às vezes outras coisas).

De certa forma, curiosamente combinamos os papéis de São Jorge e Dom Quixote. Na lenda de São Jorge, o dragão era real, e ele, o bravo e galante herói, o matou. No caso de Dom Quixote, os gigantes viviam apenas na imaginação do herói e não foram mortos — de fato, Dom Quixote contundiu-se mais com as pás dos moinhos do que os moinhos sofreram em suas mãos. Para nós, economistas, a nossa oratória na sala de aula tem sido tão eficaz contra as leis e regulamentos que favorecem interesses particulares quanto as investidas de Dom Quixote contra os moinhos de vento, mas, o adversário tem sido ainda mais real que o dragão de São Jorge.

Temos todas as razões para estarmos perplexos diante desse estado de coisas. O interesse de ordem pessoal está sem dúvida trabalhando para o desenvolvimento de pressão política dos grupos de interesses econômicos. E, em certo sentido, é também o interesse de ordem pessoal que impede a formação de uma resistência política adequada. Os custos da organização daqueles que individualmente incorrem em pequenas partes do ônus econômico amplamente disperso (causado pelas “más” políticas) são bastante reais e só servem para aumentar a inércia que prevalece (e reflete o interesse pessoal) em nível individual. Assim, o interesse de ordem pessoal está orientando todos os atores no palco, embora o resultado não seja o benefício mútuo que emerge do mercado de concorrência.

De alguma forma, o interesse pessoal, tal como é impingido ao bem-estar econômico através do processo político, não parece trabalhar tão “naturalmente” para produzir resultados lucrativos, tal como é o caso do processo de concorrência, conforme os economistas tradicionalmente definiram e compreenderam. Não há dúvida de que Adam Smith percebe isso, conforme indicam várias passagens de *A riqueza das nações*. Mas não creio que estivesse alerta para as suas implicações totais. A defesa do interesse econômico pessoal no mercado é o princípio orientador universal da estrutura intelectual que Smith ergue. Esta defesa na arena política, por contraste, é apenas matéria de observações agudas e comentários perspicazes.

Smith não prossegue em construir um edifício, no qual a defesa política do interesse econômico pessoal é tomada como uma força condutora

permanente e sempre presente. Em vez disso, ele se transforma no arquétipo da síndrome de Quixote/São Jorge, que tantos de nós temos seguido.

Minha suposição é que um Adam Smith ressuscitado não hesitaria muito em abandonar o papel de perorador. Acho que ele ia querer observar mais sistematicamente a maneira como o interesse econômico pessoal se reflete e se expressa no processo político. Não seria um analista dos padrões de votação, nem resolveria problemas matemáticos que incluíssem coalizões, normas de votação e assemelhados. Na minha opinião, tomaria como núcleo de observação a *universalidade* do fenômeno. Leis, decretos e normas que favorecem interesses especiais (com benefícios concentrados) contra o interesse público geral (com custos pequenos e dispersos) não são um monopólio das democracias que conferem o voto a cada cidadão. Estão onipresentes: as monarquias absolutistas do século XIX os possuíam e as ditaduras militares do século XX também os possuem, na mesma medida que as democracias elitistas de um século atrás e as democracias populares de hoje. Assim, a resposta não deverá ser encontrada na aritmética dos esquemas de votação, mas sim em alguns atributos mais fundamentais do processo político.

A segunda observação importante é o fato que, enquanto o fenômeno da legislação que favorece o interesse pessoal é universal, o grau é limitado. Os interesses pessoais não conseguem tudo o que querem; na verdade, eles nem mesmo pedem tudo o que pediriam caso não enfrentassem limitações externas. Há sempre limites presentes. No mínimo, a exploração (no sentido de o interesse de um grupo progredir explicitamente às custas dos outros) do público em geral deve ser disfarçada em certa medida. Cada lei e cada decreto devem pretender servir a uma proposição mais ampla que os estreitos interesses pessoais do seu grupo beneficiário principal. A pretensão pode ser aparente para alguns, mas não para todos; a justificação pode ser vista como claramente ilusória por alguns, mas não por todos. O projeto da legislação deve ser tal que um advogado possa contornar queixas justas, adequadas e lógicas com argumentos que, mesmo ilusórios, possam ser considerados plausíveis por muitos. Estas são, em certo sentido, algumas regras do jogo político, válidas tanto na França de Luís XIV quanto na Inglaterra de Jorge III, tanto na Espanha de Franco quanto nos Estados Unidos.

Seria nestes termos, acredito, que Adam Smith estudaria os grupos de interesses econômicos, como eles tentam influenciar a política e o que determina o seu grau de sucesso neste empenho. Estou quase certo de que esta análise incluiria itens como votos, contribuições políticas, promessas

de manutenção e ameaças de revogação etc. Mas imagino que o que realmente interessaria mais a ele seriam os elementos que produzem essencialmente o mesmo resultado, mesmo nas sociedades autoritárias onde não há voto livre, não há necessidade de contribuições políticas e não há oposição legal, para onde os grupos de interesse pudessem ameaçar transferir o seu apoio.

### **3. O interesse pessoal do legislador**

Um importante conjunto de agentes na situação que acabamos de esboçar é constituído pelos legisladores. Estes podem ser eleitos ou chegar ao cargo por algum outro processo. O importante é que são os que fazem as leis. São limitados e influenciados, aliás, pelo fato de que todos os governos necessitam de um grau razoável de apoio “popular” e estão dispostos a fazer esforços e sacrifícios para obtê-lo.

O princípio orientador aqui, tal como o percebo, é procurar ganhar o apoio de clientelas duvidosas ou incertas. Historicamente, este é o caminho que a Inglaterra percorreu, de uma monarquia quase absolutista para o que é hoje uma democracia constitucional com sufrágio universal. Uma por uma, fizeram-se concessões aos grupos próximos à elite existente, na hierarquia socioeconômica. Primeiro o rei dividiu o poder com os nobres; depois estes com a alta burguesia; depois esta com as classes proprietárias em geral; depois estas últimas com os varões alfabetizados etc. Em cada caso, a elite normalizadora fez suas concessões políticas para o grupo que era mais facilmente deslocável do resto da sociedade, cujo interesse pessoal e cujo apoio pudessem ser mais facilmente assimilados aos seus.

No contexto dos trabalhos do dia-a-dia de uma democracia moderna, como os Estados Unidos, o princípio geral se traduz na regra: “Coloque todos os projetos nos estados duvidosos.” A noção crua daqui é que não há sentido em gastar recursos escassos para ganhar os votos dos que já estão firmes do nosso lado, e menor razão ainda para usar recursos num esforço infrutífero para ganhar segmentos da sociedade que, em qualquer caso, haverão de ficar do lado da oposição. O local crítico para aplicar recursos escassos é onde é possível influenciar um eleitorado duvidoso a cerrar as nossas fileiras. Um bom exemplo da aplicação deste princípio foi o anúncio, pelo Presidente Ford, de alguns importantes projetos de investimento federal a serem situados no estado da Florida, imediatamente antes de ter de enfrentar Ronald Reagan na eleição primária da Florida.

Naturalmente, assim descrita, esta regra exagera a situação real. Não interessa aos governos nem aos legisladores fazer *nada* para os seus sustentáculos existentes. Já é bastante o que se tem a fazer para que não se desviem ou percam. A idéia é fazer o suficiente para mantê-los do seu lado. Favorecê-los demasiadamente tanto desperdiçaria recursos quanto provavelmente acarretaria um escândalo antiprodutivo, abarcando o favoritismo. Fazer muito pouco faria perder o seu apoio. Uma posição intermediária é que é a indicada.

Da mesma forma, não é do interesse dos governos nem dos legisladores fazer nada pelos eleitorados que lhes são opostos. Em primeiro lugar, sejam os eleitorados definidos geograficamente (estados, regiões) ou de outro modo (funções econômicas, classes), na maior parte dos casos há de haver alguns elementos que apóiem, mesmo dentro de grupos que, como um todo, estão com a oposição. Não se quer abandonar totalmente estes amigos de modo a aliená-los. Em segundo lugar, e mais importante, é do interesse dos governos e dos legisladores projetar uma imagem de justiça e equidade, e não de favoritismo, na distribuição dos benefícios. Os centros da oposição podem ser desprezados, mas não é prudente maltratá-los. A discriminação é mais produtiva quando sutil que quando ruidosa.

O objetivo de “colocar todos os projetos nos estados duvidosos” é, aliás, na prática, contrabalançado ou limitado pela necessidade de distribuir uma prudente quantidade mínima de esforço e recursos, tanto para os que apóiam quanto para os centros da oposição. Mas isto basicamente não altera a natureza geral do objetivo. O interesse pessoal do legislador requer pelo menos uma tendência em favor dos estados duvidosos (ou outros eleitorados).

É importante, também, notar que este tipo de favoritismo torna-se mais factível quando há lucros e custos dispersos, e quando os projetos em questão são complicados por possuírem atributos mensuráveis em muitas dimensões. Os projetos de investimento do setor público têm muito a recomendá-los nestes termos, com relação a um subsídio claro para cada pessoa ou para cada família, onde os benefícios são fáceis de identificar e o tratamento discriminatório fácil de reconhecer. Ninguém sabe realmente quanto benefício cada projeto traz para quem, e cada indivíduo se satisfaz quando vem à tona um projeto que realmente o beneficia. Os governos e os legisladores podem fazer tender as suas escolhas em favor de eleitorados em que poucos votos contarão, e contra eleitorados onde a perda de uns



poucos votos não importa, e ainda conservar este tipo de tendência suficientemente sutil, de modo a não produzir uma reação abrupta e descontínua por parte (ou em nome) dos setores que foram discriminados.

#### 4. O comportamento das massas e o processo político

Uma boa definição da condição humana é “o homem nunca está satisfeito”. Ou até melhor, “dê a um homem o que ele diz que quer e ele não ficará satisfeito com isso durante muito tempo”.

Um estreito aliado disso é o velho ditado de que o pecado e a virtude estão tão próximos um do outro como as duas faces de uma mesma moeda. A lealdade (bem) se transforma em farisaísmo (mal); o auto-respeito (bem) se transforma em arrogância (mal); a humildade e a modéstia (bem) podem facilmente cair no servilismo e até mesmo na covardia (mal); a admiração (bem) também pode muito rapidamente virar inveja (mal).

O intermediário, digamos, entre o servilismo e a arrogância é difícil de acertar; e isto é verdade tanto na vida política quanto na vida individual. O pêndulo tende a balançar de um lado para o outro, não ficando muito tempo no âmbito do meio-termo. O governo que estabelece para si metas modestas e factíveis é logo acusado de não ser sensível às necessidades humanas, de ser estúpido e preguiçoso, de ficar muito facilmente satisfeito com o seu papel. Um tipo alarmante de insatisfação surge na mente das pessoas. Será que o governo está realmente fazendo tudo o que pode para resolver um problema ou outro? Os demagogos amparam os descontentes, botando mais lenha na fogueira, ou prometendo coisas, ou levando o povo a acreditar que havia soluções óbvias e fáceis à mão para os problemas que o governo em curso vinha negligenciando.

Em vários aspectos, a tentação para o ativismo político é eterna, faz parte da condição humana. É tão visível no Brasil dos anos 70, sob a ordem imposta de um governo militar, como era no Chile dos anos 60, talvez a democracia mais aberta da história da América do Sul; e tão aparente no México de Echeverría quanto era na *great society* de Lyndon Johnson. Os resultados de cair nesta tentação podem ser o caos ou o quase-caos (como no Brasil de Goulart ou no Chile de Allende), ou a fossilização do sistema econômico inteiro (como no Uruguai dos anos 50 e 60), ou a mera proliferação da burocracia e dos custos (como nos Estados Unidos), ou uma ameaça crescente à estabilidade da economia (como no México dos anos recentes).

No final, e em todos os casos, o povo fica desiludido. Cansa de promessas que não são realizadas ou de suportar gastos de que não tinha sido avisado. Então o pêndulo se movimenta e o povo recebe bem os governos que têm uma visão mais limitada do seu papel, como metas mais modestas. Mas depois de algum tempo, novamente todo mundo se acostuma a este novo estado de coisas, emerge um descontentamento inquietante, e a situação está madura para outro movimento pendular em direção ao ativismo.

## **5. O interesse pessoal do burocrata**

Já se escreveu muito sobre as formas de burocracia e já se aprenderam muitas lições sobre os princípios que parecem governar o seu comportamento. Aqui não dá nem para começar a fazer justiça a esse *corpus* que surge, de conhecimento científico social. Assim, vou fundamentar minhas observações em poucas leis muito básicas do comportamento burocrático: a) as burocracias têm uma tendência estrutural interna para crescer; b) os burocratas tendem a levar a sério suas funções e seus cargos; e c) tanto as entidades (agências, escritórios, departamentos etc.) que possuem uma burocracia quanto os indivíduos que a compõem apresentam uma forte resistência natural a cortes orçamentários.

Estes três princípios básicos geram uma inércia na própria burocracia e produzem uma espécie de crescimento de engrenagem cuja tendência histórica é firmemente ascendente. Sempre que, por assim dizer, deixa-se um espaço livre para uma burocracia existente crescer, sua tendência natural é expandir e ocupar este espaço. Quando, entretanto, surge a pressão para a redução das despesas, o balão não esvazia imediatamente até o seu tamanho anterior. Os interesses criados dentro da própria burocracia — mesmo que em nenhum lugar mais — são suficientes para garantir que nem uma só polegada de território, uma vez ocupada pela burocracia, será abandonada sem luta.

A evidência é certamente consistente, com esta interpretação de como funcionam as burocracias. Duvido que haja um só país no mundo em que a tendência secular da burocracia governamental, como uma percentagem da força de trabalho nacional, não tenha crescido. As burocracias são hoje (se realmente não foram sempre) importantes grupos de interesse lutando por seus próprios direitos — um grupo de interesses que estadistas,

legisladores e políticos que estão tentando trabalhar (algumas vezes para mudar ou reformar) com o sistema só podem ignorar para o seu próprio prejuízo.

As burocracias algumas vezes ajudam a estabilizar uma situação política que de outra forma seria caótica, conforme fizeram na França antes de 1958 e na Itália na década passada. Este fato apenas confirma o estabelecimento das burocracias como um centro independente de interesse e poder políticos. Sua independência é claramente evidente nos Estados Unidos, onde, excluindo o fato de que as administrações Nixon e Ford eram antiativistas em espírito e filosofia, o grau de controle burocrático sobre a instituição educacional alcançou picos sucessivos sob os dois governos.

A imagem que a burocracia tem de si e a importância, no seu conceito, da sua própria função, são também criticáveis. É difícil convencer a um controlador de preços de que ele está perdendo tempo, mesmo que pelo menos 90% de todos os esforços reais de controlar preços tenham sido ou ineficazes ou evidentemente nocivos em sua influência na economia.

De forma semelhante, os milhares de trabalhadores da "U.S. Interstate Commerce Commission" simplesmente não se convenceriam de que o efeito das operações da agência foi aumentar os custos e reduzir a eficiência do transporte interestadual, embora esta tenha sido a conclusão dos estudos mais sérios e competentes que foram feitos.

No Brasil, Antonio Delfim Neto, ministro da Fazenda durante o período mais florescente do "milagre brasileiro", capacitadamente levou o país na direção da maior eficiência e racionalidade econômica. Para fazer isso, usou a instituição burocrática e o repertório inteiro dos controles econômicos existentes, como se fossem instrumentos, ou melhor, uma orquestra inventada por ele mesmo. Os controles foram, com efeito, empregados de tal maneira que movimentaram a economia para uma posição de mercado mais livre. O defeito deste quadro foi que a burocracia ficou intacta. Entretanto, quando o clima político mudou, pouco depois de 1973, foi fácil desfazer-se muitas das reformas de Delfim, com base na própria burocracia que ele conseguira usar com tanto sucesso.

## **6. Limitando os poderes do Estado no mundo moderno**

Volto nesta seção a especular sobre as reações que um Adam Smith ressuscitado teria quanto a todos esses assuntos. Sabemos, pelo modo como se

comportou e escreveu no seu tempo, que lutaria contra a execução de leis que favorecessem grupos particulares contra o interesse geral. Tentaria convencer as pessoas da sabedoria deste ponto de vista e, em prosseguimento, escreveria uma continuação para *A riqueza das nações*.

Mas acho que ele perceberia que nenhuma mensagem, mesmo eloquente, destinada ao público inteligente interessado teria sucesso por si mesma, ocasionando os resultados desejados. Smith teria dois séculos de história à sua disposição para se convencer do que *A riqueza das nações*, apesar das suas qualidades monumentais, falhou em realizar. Estou certo de que ele sentiria que seria necessária uma maneira de impedir o interesse pessoal de grupos, de burocratas, de legisladores e até mesmo de políticos, de se expressarem de forma a “estragar o jogo” pelo qual um sistema de mercado livre pode trabalhar para promover o bem comum.

Minha impressão é que Smith trabalharia em favor de algum tipo de Constituição — um decreto negativo em que a sociedade consentisse pelo menos em resistir às tentações do ativismo, ou da crença muito forte na possibilidade de perfeição final da sociedade e do homem.

Não é preciso olhar através do testemunho histórico para verificar que as salvaguardas que as Constituições procuram fornecer não são seguras nem certas. Mas as Constituições podem estabelecer o caráter de uma sociedade. O caráter de Smith seria, mais que qualquer outro, um em que as dimensões e as funções do governo fossem limitadas e em que houvesse um papel amplo para o setor privado. Sua Constituição provavelmente delimitaria o papel do governo bem explicitamente e (como a Constituição dos Estados Unidos) seria difícil de ser alterada ou emendada.

Finalmente, talvez Adam Smith fundamentasse o seu caso numa esperança (ou fé) em que a sua Constituição fosse um navio seguro, com um casco forte e um bom leme. Esperaria que ela fosse capaz, talvez com um pouco de sorte, de navegar em linha reta nos mares incertos do mundo, onde as forças do interesse pessoal trabalhassem incessante e difundidamente para o bem e (principalmente nas suas manifestações políticas) para o mal. Palavras como esperança e sorte fixam as realidades do caso melhor que palavras como certeza e confiança. Porque a verdade é que a liberdade individual está longe de ser uma situação natural. Politicamente, os governos autoritários têm ultrapassado de longe, em número, os libertários. Temos visto uma boa quantidade de maneiras diferentes em que o interesse pessoal pode trabalhar para frustrar, corromper ou até mesmo destruir o sistema benéfico e auto-regulável, almejado em *A riqueza das nações* e

pelas muitas gerações de economistas que partilharam da sua herança. A mensagem de Smith de dois séculos atrás acentuou o quanto de benefício poderia ser obtido ao se expandirem os incentivos económicos individuais. Por contraste, creio que sua mensagem hoje acentuaria a natureza frágil e evanescente da liberdade em todas as suas formas e concluiria que, por esta mesma razão, devemos todos cultivá-la e prezá-la ao máximo, desejando sacrificar muita coisa para preservá-la.